

CONGRESSO

Pacheco sucede Dantas como ministro do TCU

Após ser preterido por Lula — que preferiu Jorge Messias para o STF —, senador é aprovado em pouco mais de 48 horas para vaga aberta no Tribunal de Contas

» DANANDRA ROCHA

A Câmara dos Deputados aprovou, ontem, a indicação do senador Rodrigo Pacheco (PSB-MG) para ocupar uma das vagas de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). Em votação secreta, o nome do parlamentar recebeu 404 votos favoráveis e 61 contrários. Ao todo, 470 deputados registraram presença, entre participações presenciais e remotas. Pacheco não acompanhou a sessão no plenário durante a votação.

O relatório favorável ao senador mineiro foi apresentado pelo deputado Aécio Neves (PSDB-MG). Na leitura do parecer, ele destacou a trajetória política de Pacheco e classificou sua atuação “pautada pela moderação, pela busca incansável pelo consenso e por um compromisso irredutível com o respeito às leis e à soberania das instituições democráticas”.

“Por todo o exposto, fundamentado em uma biografia de inegável espírito público, compromisso cívico e comprovada lealdade à Constituição Federal, somos pela aprovação do nome do senador Rodrigo Pacheco para compor o colegiado de ministros do Tribunal de Contas da União”, recomendou Aécio, em seu parecer. A indicação foi formalizada pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), na segunda-feira, e recebeu apoio de parlamentares da base do governo e da oposição. No dia seguinte, o Senado também aprovou o nome.

Advogado e filiado ao PSB, Pacheco está no Senado desde 2019 e presidiu a Casa e o Congresso entre 2021 e 2025. Antes disso, foi deputado federal por Minas Gerais entre 2015 e 2019. A indicação ocorre depois de ter sido cotado para a 11ª cadeira do Supremo Tribunal Federal (STF), antes ocupada pelo ministro aposentado Luís Roberto Barroso. Era a preferência

Carlos Moura/Agência Senado



Pacheco era o nome de Alcolumbre para o STF. Mas foi premiado com a sucessão de Bruno Dantas no TCU

de Alcolumbre, mas o presidente Luiz Inácio Lula da Silva preferiu o advogado-geral da União, Jorge Messias, cujo nome acabou rejeitado pelo Senado, em uma inédita derrota para o Palácio do Planalto.

Cachimbo da paz

O episódio abriu uma crise entre Lula e Alcolumbre, que ficaram meses sem se falar. Os dois fumaram o cachimbo da paz há poucas semanas, depois, inclusive, que o partido do presidente do Senado, o União Brasil, declarou neutralidade na corrida presidencial.

Lula também tentou convencer Pacheco a disputar o governo de Minas Gerais. Teria o apoio do PT e do Palácio do Planalto, mas

o senador recusou. A chegada do senador ao TCU é parte do acordo fechado entre o presidente da República e Alcolumbre para, em caso de reeleição do petista, o caminho para uma nova indicação de Jorge Messias ao STF ser feita e a aprovação pela Casa ficar desimpedida. Além disso, Alcolumbre teria o apoio de Lula para disputar mais um período à frente do comando do Senado — enfrentando, eventualmente, dois possíveis candidatos do bolsonarismo, Rogério Marinho (PL-RN) e Tereza Cristina (PP-MS).

Com a aprovação nas duas Casas do Congresso, o nome de Pacheco segue para os procedimentos formais de nomeação e posse no TCU. Ao agradecer aos senadores pela aprovação de sua

indicação, na terça-feira, afirmou que a escolha representa um reconhecimento pelos oito anos de atuação no Senado.

“Não posso deixar de agradecer a todas as senadoras e senadores pela confiança em mim depositada de representar o Senado no TCU”, frisou. Também agradeceu a Alcolumbre pela indicação e destacou a relação de amizade entre os dois.

O TCU é composto por nove ministros: três indicados pelo Senado, três pela Câmara e três pelo presidente da República, com aprovação do Senado. Entre as indicações presidenciais, duas são escolhidas a partir de integrantes das carreiras de auditor do TCU e do Ministério Público junto ao tribunal.

ELEIÇÕES 2026

Moraes e Vercaro viram tema de campanha

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

Os presidenciáveis pelo espectro da direita continuaram, ontem, a insistir no episódio sobre o relacionamento do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, e o ex-banqueiro Daniel Vercaro, dono do Banco Master. Em segundo nas pesquisas de intenção de voto, Flávio Bolsonaro (PL) acusou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de dever seu terceiro mandato ao magistrado. O terceiro colocado, Augusto Cury (Avante), voltou a afirmar que, caso sejam comprovados erros que justifiquem sua saída da Corte, Moraes deveria deixar o STF. Ronaldo Caiado (PSD), Romeu Zema (Novo) e Renan Santos (Missão) também voltaram ao tema.

De todos, o mais agressivo foi Flávio. “Vocês sabem qual foi o único candidato à Presidência que ainda não se pronunciou sobre esse escândalo de Alexandre de Moraes? Esse aí, esse tal do Lula. E sabe por que ele não se pronunciou hoje? Porque ele tem o rabo preso”, acusou, no comício que fez no Parque Moinhos de Vento, em Porto Alegre.

Flávio disse não saber se quem comanda o Brasil é Lula ou Moraes. “O Lula deve ao STF sair da cadeira, ser colocado no jogo político. O Lula deve ao Alexandre de Moraes ser presidente da República. Lula precisa sair imediatamente do governo, porque não tem mais condições de ser o presidente”, criticou, ao visitar a Exposição Internacional de Animais e Implementos Agrícolas, Feira de Agricultura Familiar (Expointer), na capital gaúcha.

Indagado sobre os encontros do ministro André Mendonça,

AFP



também do STF, com Vercaro, Flávio deu menor importância. Questionado se o ministro poderia ficar sob suspeita no caso, respondeu: “Óbvio que não. É impossível querer lançar uma cortina de fumaça como essa contra o ministro André Mendonça”, explicou. O magistrado foi indicado para a Corte pelo seu pai.

Cury usou um tom mais ameno sobre a vinda à tona dos diálogos entre Moraes e Vercaro. “Alexandre de Moraes deve se explicar, sim, e, se ele cometeu erros passíveis de uma exclusão, ele deveria ter a dignidade para se autoexcluir”, afirmou, na visita que fez à Federação Israelita do Estado de São Paulo (Fisesp).

Questionado se é favorável ao impeachment ou à renúncia de

Moraes, evitou defender de forma direta uma das duas medidas neste momento. Disse, porém, que não haverá “blindagem” a autoridades em um eventual governo e que presidente, ministros e demais ocupantes de cargos públicos devem explicações à população.

Em sabatina à Rádio Metropolitana 90,5 FM e à TV Atalaia, ambas de Sergipe, Caiado expandiu a crítica das conexões de Vercaro com o mundo do poder. Cobrou de Flávio explicações sobre seu envolvimento no pedido de dinheiro ao ex-banqueiro para financiar o filme *Dark Horse*, inspirado na vida de seu pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). “Flávio Bolsonaro não pode dizer que isso é uma página virada. Ele tinha que fazer uma prestação de contas”, disse.



Flávio Bolsonaro não pode dizer que isso (o caso *Dark Horse*) é uma página virada. Ele tinha que fazer uma prestação de contas. Não podemos fazer distinção. Ou seja, quem rouba com a mão esquerda ou quem rouba com a mão direita é ladrão”

Ronaldo Caiado,
presidenciável do PSD

Segundo o presidenciável, seu rival é “parte do processo”. “Nós não podemos fazer distinção. Ou seja, quem rouba com a mão esquerda ou quem rouba com a mão direita é ladrão”, disse.

Renan, por sua vez, centrou seus ataques pelas redes sociais a Cury. Afirmou que o adversário tentou “comprar” o Banco Master, além de ter sido, segundo o presidenciável do Missão, impulsionador por influenciadores ligados à empresa de Vercaro.

Zema encontrou-se com motoristas de aplicativo na cidade de São Paulo, ouviu demandas de trabalhadores do setor e defendeu a livre negociação entre empresas e trabalhadores. Disse, ainda, defender a prisão do ministro Moraes. **(Com Agência Estado)**

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

maurenilson



Lima Barreto, a Constituição de Bruzundanga e a crise no Supremo

Descendente de escravizados, Lima Barreto (1881-1922) foi um ponto fora da curva na literatura brasileira. Negro, pobre e vítima de preconceito, conheceu por experiência própria os mecanismos de exclusão da República recém-instalada. O autor de *Recordações do escrão Isaiás Caminha* (1909) e *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1015) denunciou o racismo, o bacharelismo, o arrivismo político e a distância entre as instituições e a sociedade.

Em *Os Bruzundangas* (1922), sua obra mais política, Lima Barreto construiu uma sátira devastadora dos primórdios da República, que permanece atual um século depois. Imaginou um país cuja Constituição proclamava direitos universais, mas continha uma cláusula destinada a proteger os poderosos da “situação”. A Justiça de Bruzundanga era chamada de “Chicana”.

Sua Suprema Corte não começava pelo exame da lei, mas pela identidade das pessoas que poderiam ser atingidas. “Havia artigos muito bons, como por exemplo o que determinava a não acumulação de cargos remunerados e aquele que estabelecia a liberdade de profissão; mas, logo, surgiu um deputado prudente que estabeleceu o seguinte artigo nas disposições gerais: ‘Toda a vez que um artigo desta Constituição ferir os interesses de parentes de pessoas da “situação” ou de membros dela, fica subentendido que ele não tem aplicação ao caso.”

A analogia com a crise do Supremo Tribunal Federal (STF) é pertinente, embora não possa ser levada ao extremo de negar a existência das garantias constitucionais ou de antecipar a culpa dos envolvidos. A sátira ilumina o dilema central da Corte no caso Master: saber se as leis serão aplicadas com o mesmo rigor quando as suspeitas alcançam integrantes das instituições encarregadas de aplicá-las.

O ministro André Mendonça tornou público relatório da Polícia Federal (PF) que reúne mensagens extraídas do celular de Daniel Vercaro, ex-controlador do Banco Master, que teria enviado comunicações a Alexandre de Moraes no período mais crítico das investigações. “Não conseguimos reverter isso com Paulo ou Andrei?”, perguntou. Em outra mensagem, quis saber se “com Andrei dá pra segurar”. Pouco antes de ser preso, questionou: “Consegui ter notícia ou bloquear?”

A PF interpreta que “Paulo” seria o procurador-geral da República, Paulo Gonet, e “Andrei”, o diretor-geral da corporação, Andrei Rodrigues. As mensagens revelam o que Vercaro pretendia, porém, as respostas atribuídas a Moraes não foram recuperadas. Essa ausência não elimina a necessidade de esclarecimentos. O caso se tornou mais grave com a revelação de que Moraes participou da análise da minuta do contrato entre o Banco Master e o escritório Barci de Moraes, dirigido por sua mulher, Viviane Barci de Moraes. O contrato previa pagamentos milionários.

Paradoxos

O escritório sustenta que o ministro foi consultado apenas para verificar possíveis impedimentos legais. Mas isso não encerra a questão ética. É necessário esclarecer a extensão da participação do magistrado, os serviços efetivamente prestados e a existência de eventual conflito de interesses. O conjunto de mensagens, encontros e relações contratuais é incompatível com o silêncio.

A reação da PGR aprofundou o impasse. Gonet pediu a anulação das provas que citam Moraes, sob o argumento de que Mendonça não teria competência para determinar investigações contra outro ministro e de que cabe ao Ministério Público conduzir a persecução penal. Provas obtidas fora das regras de competência de fato podem ser anuladas. Mas o fato de o próprio procurador-geral aparecer nas mensagens torna insuficiente a resposta limitada à nulidade.

Surge o paradoxo da Bruzundanga: se Mendonça não pode conduzir a apuração e se a PGR, atingida pelas referências, pretende invalidá-la, quem investigará os fatos com independência? A proteção das prerrogativas processuais não pode impossibilitar a investigação dos fatos. Caso isso ocorra, é aquela “elasticidade extraordinária” denunciada por Lima Barreto.

Ontem, surgiu a informação de que Mendonça teve um encontro com Vercaro antes de tornar-se relator do caso e, recentemente, colheu depoimento do banqueiro, que denunciou supostas ameaças e intimidações da PF. E o plenário do Supremo se reuniu, mas não tratou do assunto. Havia muita tensão no ar. O presidente do STF, Edson Fachin, antes da reunião, reconheceu a gravidade da situação e advertiu que a Corte impõe “deveres, limites e responsabilidades”.

Fachin pode assegurar um exame colegiado do caso. O Plenário pode reorganizar a investigação. Moraes deveria prestar esclarecimentos, entregar documentos e se afastar dos processos relacionados ao Master. Se a apuração for sufocada ou conduzida como guerra interna, com vazamentos e retaliações, o Supremo mergulhará numa crise ainda mais destrutiva.